



Pedimos que você faça esse simulado como se estivesse no dia da prova.

Assim:

○ **80 QUESTÕES EM 5 HORAS**

○ **SUGESTÃO:**

- ↻ Reservar **30 MINUTOS** para preenchimento da folha de respostas
- ↻ Reservar **30 MINUTOS** para eventuais necessidades (água, lanche, banheiro)
- ↻ 4 horas (**240 MINUTOS**) para resolver 80 questões.

Assim, você terá 3 minutos para cada questão!

$$\text{Média} = \frac{240 \text{ minutos}}{80 \text{ questões}} = 3 \text{ minutos por questão}$$

Bom simulado!

Código de Ética e Estatuto da OAB

Questão 01

Sobre a competência do Conselho Federal marque alternativa incorreta:

- a) *Intervir nos Conselhos Seccionais, onde e quando constatar grave violação desta lei ou do regulamento geral.*
- b) *Julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos Conselhos Seccionais, nos casos previstos neste estatuto e no regulamento geral.*
- c) *Ajuizar ação direta de inconstitucionalidade de normas legais e atos normativos, ação civil pública, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção e demais ações cuja legitimação lhe seja outorgada por lei;*
- d) *Representar, em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais dos advogados, mediante procuração individual.*

Questão 02

Sobre a competência do Conselho Seccional marque alternativa incorreta:

- a) *Os membros honorários vitalícios os seus ex-presidentes tem direito a voz e a voto em suas sessões.*

- b) Criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.
- c) *Intervir nas Subseções e na Caixa de Assistência dos Advogados.*
- d) *Editar seu regimento interno e resoluções.*

Questão 03

Sobre as eleições e mandatos na OAB marque alternativa incorreta:

- a) *Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término, quando ocorrer qualquer hipótese de cancelamento de inscrição ou de licenciamento do profissional;*
- b) *Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término, quando o titular sofrer condenação disciplinar;*
- c) *Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término, quando o titular faltar, sem motivo justificado, a duas reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados, não podendo ser reconduzido no mesmo período de mandato.*
- d) *Os conselheiros federais eleitos iniciam seus mandatos em primeiro de fevereiro do ano seguinte ao da eleição.*

Questão 04

Sobre o processo disciplinar na OAB marque alternativa correta:

- a) *O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.*
- b) *A jurisdição disciplinar exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.*
- c) O processo disciplinar instaura-se somente mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.
- d) *É vedado a revisão do processo disciplinar, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.*

Questão 05

Sobre a advocacia pro bono, marque alternativa correta:

- a) *Considera-se advocacia pro bono a prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de instituições sociais sem fins econômicos.*
- b) *A advocacia pro bono não pode ser exercida em favor de pessoas naturais que, igualmente*
- c) *A advocacia pro bono pode ser utilizada para fins político-partidários ou eleitorais.*
- d) *A advocacia pro bono pode incentivar a captação de clientela.*

Questão 06

Sobre o sigilo profissional, marque alternativa correta:

- a) *O sigilo profissional não abrange os fatos de que o advogado tenha tido conhecimento em virtude de funções desempenhadas na Ordem dos Advogados do Brasil.*
- b) *O sigilo profissional é de ordem pública, dependendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente.*
- c) *Presumem-se confidenciais as comunicações de qualquer natureza entre advogado e cliente*

d) O advogado, quando no exercício das funções de mediador, conciliador e árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.

Questão 07

Sobre as regras de publicidade profissional, marque alternativa correta:

- a) É permitido a veiculação da publicidade por meio de rádio, cinema e televisão;
- b) a divulgação de serviços de advocacia juntamente com a de outras atividades ou a indicação de vínculos entre uns e outras;
- c) o fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem assim quando de eventual participação em programas de rádio ou televisão, ou em veiculação de matérias pela internet, sendo permitida a referência a e-mail;
- d) as inscrições em muros, paredes, veículos, elevadores ou em qualquer espaço público;

Questão 08

Sobre as regras do desagravo público, marque alternativa correta:

- a) O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.
- b) O relator não pode propor o arquivamento do pedido se a ofensa for pessoal, se não estiver relacionada com o exercício profissional ou com as prerrogativas gerais do advogado ou se configurar crítica de caráter doutrinário, político ou religioso.
- c) O desagravo público, como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia, depende de concordância do ofendido, que não pode dispensá-lo, devendo ser promovido a critério do Conselho.
- d) Compete ao Conselho Seccional promover o desagravo público de Conselheiro Federal ou de Presidente de Conselho Seccional.

Direito Constitucional**Questão 09**

Mévio, tendo tomado ciência acerca de decisão judicial proferida em seu processo, que determinou exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretendia discutir a exigibilidade de crédito tributário, questiona seu advogado sobre o caso, sendo informado que tal determinação seria inconstitucional cabendo uma medida judicial. Nesse sentido, em consonância com o sistema jurídico constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Interpor Recurso Extraordinário perante o STF, em razão de ofensa a interpretação sumulada do Supremo Tribunal.
- b) Ingressar com Reclamação Constitucional no Supremo Tribunal Federal, por contrariar matéria já objeto de súmula vinculante.
- c) Apresentar recurso de apelação para obter reforma da decisão recorrida.
- d) Ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, tendo em vista que a decisão judicial viola diretamente texto constitucional.

Questão 10

No que tange aos limites do poder de reforma e à sistemática das Emendas Constitucionais, é correto afirmar que:

- a) É possível o uso de Emenda Constitucional desde que haja a iniciativa de dois quintos dos membros do Congresso Nacional.
- b) A constituição não estabelece limites materiais ou formais ao poder de reforma.
- c) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) A Constituição não poderá ser emendada apenas na vigência de intervenção federal ou estado de sítio.

Questão 11

Estado K editou Lei Estadual nº. 1234 prevendo que empresas privadas poderiam patrocinar bolsas de estudos para professores em faculdades particulares. Em contrapartida, tais professores ficariam obrigados a lecionar, durante determinado tempo, para cursos de alfabetização ou aperfeiçoamento dos funcionários das empresas patrocinadoras. Durante debate jurídico, você na qualidade de advogado foi instado a se manifestar. Assinale a alternativa correta:

- a) A referida Lei é inconstitucional, tendo em vista que a matéria é objeto de competência privativa da União.
- b) O Estado K pode editar a Lei sobre patrocínio de bolsas de estudo, pois o tema se insere no âmbito da competência concorrente, sendo constitucional a lei em questão.
- c) A Lei é inconstitucional, pois a competência é dos Municípios para disciplinar a matéria.
- d) A lei é constitucional, pois compete privativamente aos Estados disciplinar sobre educação e ensino.

Questão 12

Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na CRFB/88, marque a alternativa correta:

- a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta;
- b) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, durante o dia, por determinação judicial;
- c) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévia autorização à autoridade competente;
- d) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitirem;

Questão 13

A Constituição Federal traz em seu texto quais são os legitimados para propor uma ação direta de inconstitucionalidade. Dentre as alternativas que seguem, assinale a opção incorreta:

- a) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- b) Presidente da República
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional
- d) Entidade de classe

e) Procurador-Geral da República

Questão 14

Diante de uma grave denúncia de prática de crime de responsabilidade pelo Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por dois terços de seus integrantes, admitiu a acusação contra o Presidente. Nessa senda, de acordo com a CRFB/88 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o afastamento do Presidente da República do exercício de seu mandato

- a) caberá à Câmara dos Deputados após juízo de admissibilidade.
- b) caberá ao Supremo Tribunal Federal após a instauração do processo.
- c) dependerá da instauração do processo pelo Senado após juízo de admissibilidade desta casa.
- d) dependerá de decisão conjunta da Câmara e do Senado.

Questão 15

Considere a seguinte situação hipotética: Jorge é cidadão brasileiro e empregado público concursado do Banco do Brasil, sociedade de economia mista federal. Em 2017, acabou recebendo promoção para a agência bancária situada na cidade de Viena - Áustria, onde permaneceu até 2022. Enquanto trabalhava nessa cidade, Jorge conheceu Sharapova, cidadã russa, com quem teve um breve relacionamento. Dessa relação nasceu Marina. Considerando o caso hipotético e o texto da Constituição brasileira de 1988, a filha do casal:

- a) será brasileira nata se os pais a tiverem registrado no consulado brasileiro e caso venha a residir no Brasil até os 18 anos.
- b) é brasileira nata, independentemente de qualquer opção ou registro consular.
- c) será brasileira nata se vier a residir no Brasil e opte por tal nacionalidade até um ano após a maioridade.
- d) será brasileira nata se os pais a tiverem registrado no consulado brasileiro e caso opte, a qualquer tempo, por tal nacionalidade.
- e) não poderá acumular a nacionalidade brasileira nata que lhe seja reconhecida com eventuais nacionalidades natas austríaca e russa, que lhe sejam garantidas pela legislação desses países.

Direito Civil**Questão 16**

Antônio celebra contrato de compra e venda de um veículo automotor com Pedro, pelo valor de R\$10.000,00. No entanto, o veículo não seria entregue naquele momento, mas posteriormente, ainda que devesse ser o preço pago desde já. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a. Sendo Pedro filho de Antônio, podem Marina e Santiago, irmãos de Pedro, requerer a anulação do contrato, não subsistindo ele para qualquer efeito, se demonstrado que a real intenção daqueles era evitar que fosse o veículo tido como adiantamento da legítima em favor de Pedro, já que seu valor real era de R\$120.000,00;
- b. Caso o negócio jurídico tenha sido levado a efeito quanto Antônio se encontrava em situação de iminente insolvência, e anulado por fraude contra credores na sequência, o veículo ou o valor equivalente é transferido ao credor que requereu a anulação;
- c. Tendo-se em conta que Antônio celebrou o negócio para salvar sua ex-companheira das consequências de um grave acidente automobilístico, é irrelevante que Pedro soubesse do fato, já que, por não ser ela membro da família de Antônio, irreconhecível vício de consentimento;

d. Se o valor do automóvel for de R\$120.000,00, Antônio poderá anular o negócio, ante a desproporcionalidade manifesta da contraprestação, mesmo que Pedro não quisesse de aproveitar da premente necessidade daquele.

Questão 17

Lauro e Fernando se envolveram em acidente automobilístico, em 15/06/2015. Fernando prontamente reconheceu o erro e assumiu a culpa pelo ocorrido, já que havia recebido há pouco notícia sobre a piora da condição de saúde de seu companheiro, prestes a morrer. Advogado, pediu a Lauro que comparecesse a escritório no dia seguinte, para acertarem o assunto. Desde já, solicitou a ele que levasse o veículo à concessionária, para um orçamento, e para a oficina de Sérgio, conhecido mecânico seu. No dia seguinte, eles se encontram no escritório de Fernando e entabulam acordo verbal para reparar os danos ocorridos.

Sobre o caso narrado, assinale a alternativa correta:

a. Se Lauro e Fernando tivessem se casado em 23/09/2016 e se divorciado em 19/11/2019, teria a prescrição se interrompido, o que possibilitaria a Lauro manejar a ação no dia seguinte à dissolução da sociedade conjugal;

b. Se Fernando, em 10/06/2019, fizer termo de confissão de dívida, reconhecendo a culpa pelo acidente, a prescrição continua a correr, eis que tal ato deve ser judicial ou homologado pelo juiz;

c. Já pode Fernando renunciar, hoje, à prescrição, desde que isso não prejudique terceiros, de maneira expressa ou tácita, sendo que, neste caso, se presume a renúncia de Fernando por fato que seja compatível com a prescrição;

d. Se Lauro entrasse com a ação de indenização em face de Fernando em 15/06/2019, estaria ela prescrita, já que o prazo para as ações de reparação são, segundo o Código Civil, de três anos, sendo que esse prazo não pode ser alterado pelas partes.

Questão 18

Victor e Daniel celebram contrato de compra e venda de um lote de 50.000 caixas contendo, cada caixa, 100 canetas da marca X, modelo Y, a serem entregues por aquele em até 30 dias da celebração do contrato. Ao fixarem o preço, estabelecerem que o valor da venda seria estabelecido de determinada maneira, mas não se o prefixando no próprio contrato. Não poderiam ter deliberado, porém, que sua fixação:

a. ficaria a cargo de Carolina, escolhida pelas partes já no contrato, e que, se ela não fizesse a escolha em até 5 dias da notificação, passaria tal poder a Ana, irmã de Victor;

b. se obteria pela média ponderada dos preços dos três tipos de macarrão instantâneo mais vendidos nos três minimercados mais próximos, em linha reta, do estabelecimento comercial de Daniel, no dia 07/12/2017;

c. se obteria diretamente em razão da média aritmética do valor da arroba do boi gordo na cidade de Lucas do Rio Verde e de Ribeirão Preto, em 07/12/2017 e em 08/12/2017, respectivamente;

d. seria obtida com o índice de confiança no mercado de canetas fornecido pelo gerente da filial de Carolina, sediada em Niterói, em função da perspectiva dela em relação ao crescimento do mercado.

Questão 19

Maurício pretende alienar a Lucas um veículo modificado para suportar condições de tráfego adversas, que permitem, segundo aquele, a prática de trilhas em vias rudimentares. Lucas, apaixonado pelo esporte, encontrou ali uma ótima oportunidade de negócio, já que o seu veículo permite que ele percorra apenas trilhas destinadas a amadores, impedindo-o de competir em eventos profissionais. O valor do jipe, porém, é bastante alto, pelo que

convencionam eles o pagamento do preço em prestações mensais e consecutivas. Além disso, apesar da entrega, Maurício continuará a ser proprietário do bem até determinado momento. A tradição induziria a transmissão da propriedade móvel mesmo se:

- Maurício ainda não tivesse recebido integralmente o preço;
- Lucas ainda não tivesse manifestado seu agrado, unilateralmente;
- Maurício tivesse reservado para si o domínio do bem;
- Lucas ainda não tivesse comprovado as qualidades propagandeadas por Maurício.

Questão 20

André, casado com Mariana sob o regime da comunhão universal de bens, depois de alguns anos de um relacionamento conturbado, separa-se de fato desta. Mariana, então, começa a relacionar-se com Rodrigo e pretende com este se casar. Se já estivessem divorciados, Mariana e Rodrigo não estariam impedidos de casar se:

- Guilherme, cunhado de Rodrigo, tivesse sido nomeador curador de Mariana;
- Vitória, adotada por Mariana e André, estivesse judicialmente separada de Rodrigo;
- Mariana, adotada por Claudio, não tivesse convivido na mesma casa com Rodrigo, filho consanguíneo daquele;
- Rodrigo fosse o avô de André.

Questão 21

Aroldo faleceu, deixando quatro filhos: Carlos, o filho mais velho, Bruno, Fabiano e Amanda, a filha mais nova. Os herdeiros não entraram em consenso acerca da divisão do patrimônio do falecido pai, acusando-se mutuamente de tentarem tirar proveito da morte dele, bem como de enganá-lo, em vida, acerca de sua real situação patrimonial. Amanda, porém, avessa à briga dos irmãos, e necessitando de dinheiro para concluir a abertura de um food truck, pretende alienar o mais rapidamente possível os bens a que tem direito. Sobre a situação narrada, é correto afirmar que:

- Amanda pode ceder sua quota hereditária a João, mesmo Carlos a querendo para si;
- Se Amanda ceder sua quota hereditária a João, sem o conhecimento de Carlos, pode ele, depositando o preço, havê-la para si, no prazo de 180 dias da abertura da sucessão;
- Amanda pode ceder seu direito à sucessão aberta, desde que o faça por documento com reconhecimento de firma em cartório;
- Se Aroldo deixasse quatro sobrados idênticos, por ele construídos pouco tempo antes do falecimento, a cessão desses sobrados, feita por Amanda, é válida, mas ineficaz.

Questão 22

Marcos, 29 anos, fora interditado por seus pais, em 2012, em virtude de doença mental grave. Em 2014, ele passou a fazer parte de um estudo científico que testava uma nova classe de medicamentos específicos para sua doença. Com os resultados significativos obtidos, o medicamento foi aprovado pelos órgãos reguladores e passou a ser distribuído pelo SUS, dado que sua eficácia era muito elevada. O uso contínuo do medicamento permite às pessoas com aquela deficiência uma vida mais "comum", porque ele controla os surtos psicóticos de tal forma que Marcos não teve nenhum episódio relacionado à doença nos últimos dois anos. Em 2017, Marcos requereu judicialmente fixação de apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, elegendo seus pais, que são de sua confiança, para tanto. O Juízo acatou o pedido.

Acerca da capacidade de Marcos e suas consequências jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a. Ele é relativamente incapaz, já que possui causa transitória ou permanente que lhe impede de exprimir sua vontade;
- b. Se Marcos se tornar dependente químico, poderá ser reconhecida sua incapacidade em virtude da doença mental;
- c. Marcos, sendo plenamente capaz, poderá ser submetido à curatela;
- d. É nulo o negócio jurídico celebrado por Marcos.

Direito Administrativo**Questão 23**

Maria fora aprovada em 8º lugar em concurso público para provimento do cargo de Arquiteto do Tribunal de Justiça de Sergipe. Contudo, no edital apenas estavam previstas 7 vagas para este cargo. Com base nesta situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Maria possui direito subjetivo a nomeação no cargo durante o prazo de validade do concurso.
- b) Maria possui apenas mera expectativa de direito quanto à nomeação no concurso, mas se o 7º colocado for regularmente nomeado e expressamente desistir da vaga, Maria passará a ter direito subjetivo à nomeação.
- c) Maria jamais terá direito subjetivo a ser nomeada neste concurso, visto que fora aprovada fora do número de vagas previstas no Edital.
- d) O Tribunal de Justiça de Sergipe possui obrigação de nomear os 7 primeiros colocados no concurso nos 30 primeiros dias após a homologação do certame, ainda que o prazo de validade do concurso seja de 2 anos.

Questão 24

O Município de Tão Tão Distante aprovou projeto de lei que previu a delegação do Poder de Polícia de trânsito, inclusive com a aplicação de multas, para a Sociedade de Economia Mista Municipal TÃO TÃO DISTANTE TRANSPORTE S/A, especializada na cobrança de créditos rurais. A sociedade, cuja natureza é de direito privado, fez vários investimentos em fiscalização eletrônica, redundando no aumento de 70% (setenta por cento) na arrecadação do Município com multas de trânsito. Nesta situação hipotética, segundo a jurisprudência do STJ:

- a) agiu corretamente Município, eis que é possível a delegação integral do poder de polícia a particulares, tal qual a atuação proposta;
- b) o princípio da eficiência justifica a atuação do Município que visivelmente aumentou sua arrecadação, sendo possível a delegação do poder de polícia nos moldes propostos;
- c) não agiu corretamente o Município eis que o poder de polícia é indelegável a particulares, ainda que vinculados à Administração Indireta;
- d) não agiu corretamente o Município, eis que apenas os atos de polícia relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, não sendo possível delegar os atos relativos à legislação e sanção;

Questão 25

Os bens públicos possuem diversas características que o distinguem dos bens particulares. Considerando esta afirmação, pode-se afirmar que os bens de uma sociedade de economia mista estadual que atua no mercado em regime de concorrência com outras companhias são

- a) impenhoráveis e inalienáveis.
- b) inalienáveis, porém passíveis de penhora.

- c) imprescritíveis e impenhoráveis, porém alienáveis, observadas as exigências legais.
- d) alienáveis e passíveis de penhora, observadas as exigências legais.

Questão 26

Astolfo, em uma bela manhã de sol, passeava pelas ruas do Município de Tão Tão Distante quando fora atropelado por um ônibus coletivo de uma concessionária do serviço de transporte municipal que "furou" o semáforo vermelho. Astolfo teve sérias lesões na perna direita, sendo necessária a imediata amputação do membro. Com base nesta situação hipotética,

- a) Astolfo apenas terá direito a ser indenizado acaso demonstre em juízo que é usuário do serviço de transporte coletivo;
- b) A responsabilidade civil da concessionária de serviço de transporte coletivo municipal opera-se sob a modalidade subjetiva, ainda que quanto aos atos comissivos praticados por seus agentes;
- c) A concessionária do serviço de transporte coletivo municipal responderá objetivamente pelos prejuízos causados a Astolfo, independente de ser ele usuário ou não usuário do serviço público
- d) Não existe norma jurídica que albergue a pretensão de Astolfo contra a concessionária de serviço público;

Questão 27

Determinada Sociedade de Economia Mista federal, exploradora de atividade econômica, é objeto de controle pelo Tribunal de Contas da União, o qual verifica, em tomada de contas especial, que há editais de licitação da estatal que contêm critérios de julgamento inadequados. Diante desta situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) A Sociedade de Economia Mista Federal não se sujeita a nenhum tipo de controle por parte do Tribunal de Contas da União.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas, não obstante os seus servidores estarem sujeitos ao regime celetista.
- c) A sociedade de economia mista pode se sujeitar ao controle do Tribunal de Contas da União. Contudo, as empresas públicas que possuem natureza jurídica de direito privado não se sujeitam a tal controle.
- d) Apenas os entes da Administração Direta Federal estão sujeitos ao controle pelo Tribunal de Contas da União.

Questão 28

O município "X", tendo desapropriado um imóvel para a instalação da sede da prefeitura e, necessitando realizar obras de reparo no prédio, instala em terreno contíguo, de propriedade de Mário, o canteiro de obra necessário à realização dos reparos. O instrumento de intervenção na propriedade privada que deve ser utilizado pelo Município, considerando apenas as informações passadas na questão, deverá ser:

- a) Desapropriação.
- b) Servidão Administrativa
- c) Ocupação Temporária
- d) Requisição

Direito Processual Civil**Questão 29**

José, divorciado, está na cidade de Turim na Itália, local em que permanecerá por, pelo menos, um ano para realização de curso de especialização em gastronomia. Após oito meses de curso, sofre acidente de trânsito e falece no local. José era domiciliado em Curitiba/PR, onde desempenhava a função de auxiliar de *chef* há mais de cinco anos. Seus bens estão situados na cidade de São Paulo, local em que nasceu e seus filhos residem em Porto Alegre, local em que, ambos, fazem faculdade de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A saída do território nacional se deu pela cidade do Rio de Janeiro, no aeroporto de Galeão.

No caso concreto, considerando a disciplina da Lei 13.146/2015 (Código de processo Civil) sobre competência territorial, conclui-se que a ação de inventário deverá ser ajuizada no foro da

- a) comarca do Rio Grande do Sul, onde residem os herdeiros do falecido.
- b) comarca do Rio de Janeiro, último domicílio do falecido no Brasil.
- c) comarca de São Paulo, onde estão situados os bens imóveis do falecido.
- d) comarca de Curitiba, onde está situado o domicílio do autor da herança.

Questão 30

Priscila ajuizou ação indenizatória contra Pamela e o feito tramita em uma das varas cíveis da comarca de Cascavel/PR. No curso do processo, Priscila, por intermédio de seu advogado contratado, altera a verdade dos fatos e provoca incidentes manifestamente infundados. Neste caso, o magistrado que preside o feito deverá, de ofício, ou a requerimento da outra parte, considerar Priscila litigante de má-fé, condenando-a a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que ela efetuou, além de pagar multa, em regra,

- a) superior a 1% e inferior a 20% do valor corrigido da causa.
- b) não excedente a 1% sobre o valor corrigido da causa.
- c) superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa.
- d) não excedente a 2% sobre o valor corrigido da causa.

Questão 31

Juliano, juiz de direito, possui uma família de juristas. Seu bisavô, José, é advogado. Também são advogados seus primos, André, filho do seu tio Gilberto, e João, neto do seu tio Ronaldo. Nesses casos, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, Juliano não poderá exercer suas funções de juiz no processo contencioso ou voluntário, quando estiver postulando como advogado da parte

- a) José e André, apenas
- b) André e João, apenas.
- c) José, André e João.
- d) José, apenas.

Questão 32

Em um processo de conhecimento, a parte ré adota postura defensiva e não colaborativa. Além de opor resistência injustificada, o réu embargou inconsistentemente, por duas vezes, caracterizando abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório das partes, a parte lesada poderá requerer tutela provisória de

- a) evidência.
- b) urgência cautelar incidental.
- c) urgência antecipada antecedente.
- d) urgência cautelar antecedente.

Questão 33

Lacir trafegava com sua moto quando foi vítima de um acidente de trânsito, em que colidiu com o carro de Deolinda, que dirigia o veículo no momento da batida. Em decorrência da colisão, Lacir teve seu pé amputado. Há em trâmite uma ação penal onde se verificam as causas do acidente e eventual responsabilidade penal de Deolinda pelo evento lesivo. Lacir propôs posteriormente a ação penal, uma demanda pleiteando reparação civil pelos danos sofridos. Nessa situação, é correto afirmar:

- a) se o conhecimento do mérito da ação depender da verificação da existência de fato delituoso, e havendo ação penal em curso, ocorrerá a suspensão do processo cível que não poderá ser superior a um ano.
- b) a responsabilidade civil independe da penal e por isso não poderá o juiz suspender o trâmite da ação.
- c) se a ação penal não for proposta no prazo de seis meses a contar da data da suspensão, o juiz poderá suspender o processo civil, devendo examinar incidentalmente a questão prévia sobre a responsabilidade penal.
- d) caso o processo seja suspenso por conta da existência da ação penal em trâmite, após o prazo de um ano sem que a questão de mérito seja apreciada na esfera penal, deverá o juiz extinguir o processo civil proferindo sentença terminativa.

Questão 34

José é autor de ação de revisão de contrato, cuja sentença foi de improcedência. Não conformado, busca seu advogado que sugere a interposição de recurso de apelação com vistas a modificar o conteúdo decisório. Informa, ainda, que será necessário efetuar o pagamento de preparo no valor de R\$ 257,00. A parte, entretanto, não efetua o pagamento do preparo no prazo recursal, mas o recurso é interposto. No dia seguinte ao término do prazo recursal, José procura o advogado que, corretamente, informa:

- a) que o recurso será inadmitido, por deserto.
- b) que o prazo para efetuar o pagamento do preparo poderá ocorrer até a data da sessão de julgamento no tribunal.
- c) que, à luz do Novo CPC, não há mais preparo para interposição de recursos.
- d) que, à luz do Novo CPC, o relator determinará a intimação do advogado para efetuar o recolhimento no valor de R\$ 514,00.

Questão 35

Ana ingressou com uma ação contra Maria. Em 9/março (sexta-feira), na audiência de instrução e julgamento, o juiz julgou a ação improcedente, saindo as partes intimadas de tal decisão nessa data. A parte sucumbente pretende recorrer da decisão do juiz. Levando em consideração que, durante o prazo do recurso, não há qualquer feriado, é correto afirmar que

- a) tanto Ana quanto Maria têm interesse de agir no recurso de apelação, e eles terão prazo comum de 15 dias úteis, contados de 12/3 (segunda-feira), para apresentar tal peça processual.
- b) Maria deverá manejar recurso de apelação no prazo de 15 dias corridos, contados a partir de 12/3 (segunda-feira).

- c) Ana deverá interpor recurso de apelação, e terá, para isso, prazo fatal até 30/3 (sexta-feira).
- d) o recurso a ser manejado por Ana é o de agravo de instrumento, e ele terá 15 dias úteis para fazer tal peça processual, contados a partir de 9/3.

Direito Penal**Questão 36**

Augusto, diretor de uma repartição pública, por estar distraído, esquece a porta do cofre ali existente destrancada. Alexandre, outro funcionário público que ali trabalha, valendo-se da facilidade de acesso ao local em razão de seu cargo, percebe o ocorrido e subtrai bens particulares que ali estavam guardados. De acordo com esta situação,

- A) Augusto e Alexandre responderão pelo crime de peculato-furto em concurso de agentes.
- B) Augusto cometeu o crime de peculato culposo e Alexandre praticou o crime de peculato-furto.
- C) Augusto cometeu o crime de furto culposo, enquanto Alexandre praticou o crime de furto qualificado, considerando que os bens subtraídos do cofre eram particulares.
- D) Augusto não cometeu crime algum, em razão da ausência de dolo. Alexandre responderá pela prática de peculato-apropriação.

Questão 37

Mévio, endividado, sequestra o próprio pai, senhor de 70 anos, objetivando obter como resgate, de seus irmãos, a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Para tanto, conta com a ajuda de Caio. Passadas 13 horas do sequestro, Caio se arrepende e decide comunicar o crime à Polícia que, pouco depois, invade o local do sequestro, libertando a vítima. A respeito da situação retratada, é correto afirmar que

- A) Mévio e Caio praticaram extorsão mediante sequestro, na forma qualificada, haja vista que o crime perdurou por período superior a 12 horas.
- B) por se tratar de crime contra o patrimônio, Mévio é isento de pena, pois cometeu o crime em prejuízo de ascendente.
- C) Caio, mesmo tendo denunciado o crime à autoridade policial, não faz jus à redução da pena, por se tratar de crime na forma qualificada.
- D) Mévio e Caio praticaram extorsão mediante sequestro, na forma qualificada, por se tratar de vítima idosa.

Questão 38

João, que acabara de completar dezessete anos de idade, levou sua namorada Rafaela, de doze anos e onze meses de idade, até sua casa. Considerando ser muito jovem para namorar, a garota aproveitou a oportunidade e terminou o relacionamento com João. Inconformado, João prendeu Rafaela na casa, ocultou sua localização e forçou-a a ter relações sexuais com ele durante o primeiro de treze meses em que a manteve em cativeiro. Após várias tentativas frustradas de fuga, um dia antes de completar quatorze anos de idade, Rafaela, em um momento de deslize de João, conseguiu pegar uma faca e lutou com o rapaz para, mais uma vez, tentar fugir. Na luta, João tomou a faca de Rafaela e, após afirmar que, se ela não queria ficar com ele, não ficaria com mais ninguém, desferiu-lhe um golpe de faca. Rafaela fingiu estar morta e, mesmo ferida, conseguiu escapar e denunciar João, que fugiu após o crime, mas logo foi encontrado e detido pela polícia. Rafaela, apesar de ter sido devidamente socorrida, entrou em coma e faleceu após três meses.

Nessa situação hipotética, João

- A) responderá pelo crime de tentativa de homicídio.

- B) não responderá pelo crime de estupro segundo a lei penal, de acordo com a teoria adotada pelo CP em relação ao tempo do crime.
- C) responderá por crime de estupro de incapaz, previsto no CP.
- D) não poderá ser submetido à lei penal pelo cometimento de crime de cárcere privado, pois, à época do crime, ele era menor de idade.

Questão 39

Cabelo de Anjo, no intuito de prejudicar seu desafeto, o delegado de polícia civil da cidade, cuja atuação na repressão à criminalidade é amplamente reconhecida, especialmente nos casos de corrupção, apresenta representação por via postal ao Ministério Público, imputando à referida autoridade policial a prática de vários ilícitos penais, dentre eles o de corrupção passiva, sabendo que tais fatos não ocorreram. No intervalo entre a remessa da correspondência e o recebimento pelo representante do Ministério Público, o delegado toma conhecimento e consegue interceptar a missiva, desmascarando a trama com a prova de sua inocência. Nesse caso, Cabelo de Anjo responderá por

- A) denúncia caluniosa na forma tentada.
- B) calúnia na forma consumada.
- C) denúncia caluniosa na forma consumada.
- D) calúnia na forma tentada.

Questão 40

João e José decidem praticar um crime de roubo, que ocorreria com a subtração do veículo automotor de Maria, vizinha de João. A grande dificuldade do plano criminoso estava no local em que seria escondido o veículo antes de ser desmontado para a venda das peças. João e José procuraram Marcus, primo de José e proprietário de uma oficina mecânica, e perguntaram se ele teria interesse em guardar o carro no estabelecimento por uma semana. Marcus concordou, o acordo foi sacramentado e, então, o crime de roubo foi praticado.

Considerando apenas os fatos descritos, Marcus responderá criminalmente pelo crime de

- A) favorecimento pessoal.
- B) favorecimento real
- C) receptação simples.
- D) roubo majorado.

Questão 41

Durante uma discussão, Theodoro, inimigo declarado de Valentim, seu cunhado, golpeou a barriga de seu rival com uma faca, com intenção de matá-lo. Ocorre que, após o primeiro golpe, pensando em seus sobrinhos, Theodoro percebeu a incorreção de seus atos e optou por não mais continuar golpeando Valentim, apesar de saber que aquela única facada não seria suficiente para matá-lo.

Neste caso, Theodoro

- A) não responderá por crime algum, diante de seu arrependimento.
- B) responderá pelo crime de lesão corporal, em virtude de seu arrependimento eficaz.
- C) responderá pelo crime de lesão corporal, em virtude de sua desistência voluntária.
- D) responderá por tentativa de homicídio.

Questão 42

Durante uma operação em favela do Rio de Janeiro, policiais militares conseguem deter um jovem da comunidade portando um rádio transmissor. Acreditando ser o mesmo integrante do tráfico da comunidade, mediante violência física, os policiais exigem que ele indique o local onde as drogas e as armas estavam guardadas. Em razão das lesões sofridas, o jovem vem a falecer. O fato foi descoberto e os policiais disseram que ocorreu um acidente, porquanto não queriam a morte do rapaz por eles detido, apesar de confirmarem que davam choques elétricos em seu corpo molhado com o fim de descobrir o esconderijo das drogas. Diante desse quadro, que restou integralmente provado, os policiais deverão responder pelo crime de

- A) lesão corporal seguida de morte.
- B) tortura qualificada pela morte com causa de aumento.
- C) homicídio qualificado pela tortura.
- D) abuso de autoridade.

Direito do Trabalho

Questão 43

João, auxiliar de estoque, trabalha desde 2016 para a empresa "Pé Quente I" LTDA., localizada na Av. Paulista, São Paulo-SP. Apesar de constar em sua CTPS o cargo ora mencionado, ele exercia efetivamente as funções de vendedor, de forma a efetuar vendas e auxiliar os clientes na escolha de seus produtos. Recebia, porém, remuneração 30% menor do que seus colegas de trabalho. Inconformado com tal situação ingressa com Reclamação Trabalhista, requerendo, dentre outros pedidos, a equiparação salarial com José, vendedor admitido em 2015, que labora na loja "Pé Quente II" LTDA., situada duas quadras da loja "Pé Quente I".

Os empregados exercem as mesmas funções, com mesma produtividade e perfeição técnica. Diante da situação apresentada, nos termos da legislação vigente, assinale a opção correta:

- a) João não pode requerer equiparação salarial com José, pois o paradigma labora há mais tempo para o empregador.
- b) João pode requerer equiparação salarial com José, alegando exercer as mesmas funções, com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica.
- c) Ainda que exerça as mesmas funções, com a mesma produtividade e com a mesma perfeição técnica, João não pode requerer equiparação salarial com José, pois não trabalham no mesmo estabelecimento.
- d) Como exercem as mesmas funções, com a mesma perfeição técnica e laboram para o mesmo empregador, ainda que em estabelecimentos distintos, João pode pedir equiparação salarial com José.

Questão 44

Lara, Antônio e João são sócios na Sociedade Empresarial M.S LTDA. Lara e Antônio também são donos da empresa B.K Ltda. Trata-se de empresas atuantes em ramos distintos e sem qualquer comunhão de interesses.

Maria, auxiliar de limpeza na empresa B.K LTDA, apresentou Reclamação Trabalhista em face de seu empregador e requereu a responsabilização solidária da Sociedade Empresarial M.S LTDA, alegando tratar-se de grupo econômico devido à identidade de sócios. João, atônito, solicita no seu escritório, informações acerca da responsabilidade da Sociedade Empresarial M.S LTDA nessa demanda. Com base na legislação vigente, qual o melhor parecer a ser apresentado?

- a) A Sociedade Empresarial M.S LTDA é responsável solidária, pois Lara e Antônio são sócios nas duas empresas, caracterizando assim grupo econômico.

- b) A Sociedade Empresarial M.S LTDA não é responsável solidária pelos créditos requeridos por Maria, pois a mera identidade de sócios não caracteriza grupo econômico.
- c) A Sociedade Empresarial M.S LTDA é responsável subsidiária pelos créditos trabalhistas.
- d) A Sociedade Empresarial M.S LTDA não é responsável solidária pelos créditos requeridos por Maria, porém responde subsidiariamente e nos limites das cotas de Lara e Antônio caso não sejam adimplidas as verbas.

Questão 45

Flavia, advogada, pretende contratar 2 (dois) assistentes jurídicos para seu escritório. Os contratados serão empregados exclusivos e a prestação de serviço ocorrerá preponderantemente fora das dependências do escritório, sendo as atividades realizadas por meio de sistemas específicos instalados em notebooks fornecidos pelo empregador. Quanto ao regime que ocorrerá a prestação desses serviços, assinale a afirmação correta:

- a) Os serviços serão prestados sob o regime de teletrabalho, devendo essa informação constar expressamente no contrato individual de trabalho.
- b) Os serviços serão prestados sob o regime de trabalho intermitente.
- c) Os serviços serão prestados como se os assistentes jurídicos contratados fossem autônomos.
- d) Os serviços serão prestados sob o regime de teletrabalho, podendo ser iniciado em regime presencial e alterado a qualquer tempo, mesmo sem anuência do empregado.

Questão 46

Em virtude da forte crise econômica que assola o país, a Empresa DGL S.A dispensou 150 funcionários da linha de produção de uma de suas unidades. O Sindicato a qual pertence esses funcionários, inconformado, resolve ingressar com ação coletiva requerendo a nulidade dessas dispensas, argumentando ser indispensável negociação sindical prévia. Quanto ao alegado pelo sindicato, assinale a alternativa correta:

- A) Em que pese as dispensas coletivas se equipararem as dispensas imotivadas individuais, é necessária cláusula em convenção ou acordo coletivo autorizando a dispensa.
- B) O Sindicato tem razão em sua alegação, sendo imprescindível negociação sindical prévia a dispensa imotivada.
- C) Não assiste razão ao sindicato, pois as dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- D) Assiste razão ao sindicato em partes, eis que, para a dispensa como realizada pela empresa é necessária previsão expressa em convenção coletiva.

Questão 47

Lucas é técnico de informática na empresa "TEC TEC" LTDA. Sua jornada de trabalho é das 08h00 as 17h00 horas, dispondo de uma hora de intervalo para refeição e descanso. A empresa localiza-se dentro de um enorme centro comercial, sendo necessário Lucas andar por cerca de 20 minutos até chegar a seu local de trabalho. O aparelho para registro do ponto eletrônico fica situado no mesmo setor em que Lucas presta serviço. Inconformado com o tempo despendido, Lucas procura o setor de Recursos Humanos requerendo o pagamento dos 20 minutos como horas extraordinárias. Considerando os fatos narrados, assinale a alternativa correta.

- A) Lucas tem razão em seu requerimento, pois havendo extrapolação de dez (dez) minutos no tempo de deslocamento entre a entrada do centro comercial e o local de trabalho, considera-se tempo a disposição do empregador.

- B) O setor de recursos humanos deve mudar o local em que está instalado o aparelho para registro do ponto eletrônico.
- C) Lucas teria direito às horas extras, dada a distância entre a entrada do centro comercial e o local de trabalho, caso ultrapasse 30 (trinta) minutos o tempo de deslocamento.
- D) Lucas não tem direito as horas extras, pois o período de deslocamento até o efetivo posto de trabalho não é considerado no computo da jornada, tampouco tempo à disposição do empregador.

Questão 48

Ana, engenheira agropecuária, trabalhou em uma fazenda localizada no interior do Estado e despendia cerca de 1 hora no trajeto de ida ao trabalho, e para o retorno ao seu domicílio. O seu horário de trabalho era das 04h00min às 13h00min, dispondo de uma hora de intervalo. O local em que a fazenda está situada não é servido por transporte Público, razão pela qual o empregador disponibiliza ônibus fretado, com intuito de auxiliar o deslocamento dos empregados. Após sua demissão, Ana ingressa com reclamação trabalhista requerendo a integração das horas *in itinere* a sua jornada diária. De acordo com a legislação em vigor, responda:

- A) O pleito de Ana deverá ser julgado procedente, pois se trata do instituto conhecido como horas *in itinere*, devendo tal período integrar a jornada de trabalho.
- B) O pleito de Ana deverá ser julgado improcedente, pois com o advento da reforma trabalhista, Lei nº 13.467/2017, não há remuneração do tempo gasto para deslocamento, mesmo que o transporte seja oferecido pela empresa.
- C) O pleito de Ana deverá ser julgado procedente e as horas gastas em seu deslocamento deverão ser remuneradas como horas extraordinárias com adicional de 20%.
- D) O pleito de Ana só seria procedente se a jornada de trabalho fosse realizada totalmente no período noturno.

Direito Empresarial**Questão 49**

Além de advogado e engenheiro agrônomo, Paulo é proprietário de quatro grandes fazendas onde realiza, em nome próprio, exploração de culturas de soja e trigo, bem como criação intensiva de gado. A atividade em todas as fazendas é voltada para exportação, com emprego intenso de tecnologia e insumos de alto custo. Por fim, Paulo **não** está registrado na Junta Comercial.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- a) Paulo, por exercer empresa em caráter profissional, é considerado empresário independentemente de ter ou não registro na Junta Comercial.
- b) Paulo, mesmo que exerça uma empresa, não será considerado empresário pelo fato de não ter realizado seu registro na Junta Comercial.
- c) Paulo não pode ser registrado como empresário, porque, sendo engenheiro agrônomo, exerce profissão intelectual de natureza científica, com auxílio de colaboradores.
- d) Paulo é um empresário de fato, por não ter realizado seu registro na Junta Comercial antes do início de sua atividade, descumprindo obrigação legal.

Questão 50

Marcel, durante a realização de seu estágio em um escritório de advocacia, devidamente autorizado por seu chefe, atendeu a uma consulta formulada por um cliente. O cliente desejava esclarecimentos sobre o direito de voto e seu exercício nas companhias.

Marcel respondeu, corretamente, que

- a) na eleição dos membros do Conselho Fiscal, o voto poderá ser múltiplo.
- b) em caso de penhor da ação, somente o credor pignoratício exercerá o direito de voto.
- c) independente da espécie ou da classe de ação, o voto é um direito essencial de todo e qualquer acionista.
- d) a qualquer espécie ou classe de ação, é vedado atribuir voto plural.

Questão 51

Rosenval emitiu uma nota promissória em favor de Ricardo. No momento da emissão, ele não inseriu a quantia nem o lugar de pagamento. Na data do vencimento, o subscritor foi procurado por um procurador do beneficiário, que lhe exibiu a cártula com endosso-mandato e exigiu o pagamento. Rosenval verificou, então, que o título havia sido preenchido abusivamente, pois constava o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quando o correto seria R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), e o lugar de pagamento era diverso de seu domicílio, em Itaboraí-RJ.

Procurado pelo devedor para analisar o caso e ciente de que o pagamento não foi realizado por ele, você, como advogado(a), responde que

- a) é possível alegar em juízo, com êxito, a nulidade do título, em razão de o lugar de pagamento ser domicílio diverso do subscritor, caracterizando má-fé do portador atual.
- b) não é possível ao subscritor se recusar validamente ao pagamento diante da autonomia das obrigações cambiárias e do endosso-mandato realizado na cártula.
- c) é possível ao subscritor da nota promissória opor exceção pessoal ao beneficiário quanto ao conteúdo literal do título, diante do preenchimento abusivo.
- d) não é possível a oposição de exceção ao pagamento, porque o subscritor da nota promissória é equiparado ao aceitante da letra de câmbio e, como tal, obriga-se a pagar na data do vencimento.

Questão 52

Na condição de advogado, você participou da elaboração, apresentação e negociação do plano de recuperação extrajudicial de devedor sociedade empresária. Tendo sido o plano assinado por todos os credores por ele atingidos, seu cliente o contratou para requerer a homologação judicial.

Assinale a opção que indica o juízo em que deverá ser apresentado o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.

- a) O juízo da sede do devedor.
- b) O juízo do principal estabelecimento do devedor.
- c) O juízo da sede ou de qualquer filial do devedor.
- d) O juízo do principal estabelecimento ou da sede do devedor.

Questão 53

A sociedade empresarial Cerqueira Moda Masculina Ltda. é locatária de uma loja situada no shopping center **Sousa Stores**. Sobre o contrato de locação de uma unidade comercial em shopping center, assinale a afirmativa correta.

- a) O locador poderá recusar a renovação do contrato com fundamento na necessidade de ele próprio utilizar o imóvel.
- b) As despesas cobradas do locatário não precisam estar previstas em orçamento, desde que devidamente demonstradas.
- c) O empreendedor poderá cobrar do locatário as despesas com obras de reformas que interessem à estrutura do shopping.

- d) As condições livremente pactuadas no contrato respectivo prevalecerão nas relações entre os lojistas e o empreendedor.

Direito Processual Penal**Questão 54**

Juca foi processado e, ao final, condenado como incurso nas penas do art. 158, "caput", combinado com o art. 14, II, ambos do Código Penal, a 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, pois teria tentado constranger Martinho, mediante grave ameaça, a sacar dinheiro em caixa eletrônico, momento em que foi surpreendido pelo policial militar José. O juiz competente negou o pedido de suspensão condicional da pena formulado pelo advogado de Juca, pedido este elaborado por tratar-se de réu primário e de bons antecedentes. O advogado, então, impetrou *habeas corpus*, o qual foi denegado pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, em votação não-unânime. Como advogado de Juca, qual a peça cabível perfeitamente cabível?

- A) Recurso Ordinário Constitucional
- B) Recurso em Sentido Estrito
- C) Apelação
- D) Embargos Infringentes/Nulidade

Questão 55

Assinale a alternativa correta:

- A) O perdão é ato unilateral, ou seja, para que opere efeito, basta que o ofendido manifeste de forma expressa o seu desejo de perdoar o ofensor.
- B) A renúncia ao direito de queixa-crime somente pode ser expressa. Não se admite a renúncia tácita.
- C) Nos crimes de ação privada, em caso de concurso de agentes, a renúncia ao direito de queixa-crime em relação a um dos autores, se estenderá aos demais.
- D) A renúncia e o perdão são causas de extinção da culpabilidade do querelado, fazendo desaparecer todos os efeitos penais e extrapenais.

Questão 56

Jurandir foi denunciado pela prática de crime de furto simples. Na denúncia, o Ministério Público apenas narrou que houve a subtração da correntinha da vítima, indicando hora e local. Na audiência de instrução e julgamento, a vítima narrou que Jurandir empurrou-a em direção ao chão dizendo que se gritasse "o negócio ia ficar feio", arrancando, em seguida, sua correntinha. Diante da narrativa da violência e da grave ameaça, o juiz fica convencido de que houve crime de roubo e não de furto. Sobre o caso apresentado, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz na sentença poderá condenar Jurandir pelo crime de roubo, com base no artigo 383 do CPP, que assim dispõe: "O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave".
- B) Encerrada a instrução probatória, o Ministério Público deverá aditar a denúncia em 5 (cinco) dias. Se o Ministério Público ficar inerte, o juiz deve aplicar o artigo 28 do CPP.
- C) Encerrada a instrução probatória, o Ministério Público deverá aditar a denúncia em 5 (cinco) dias. Se o Ministério Público ficar inerte, o juiz poderá condenar Jurandir pelo crime de roubo, tendo em vista que a vítima narrou a agressão em juízo.
- D) O juiz poderá condenar Jurandir pelo crime de roubo, independentemente de qualquer providência, em homenagem ao princípio da verdade processual.

Questão 57

Nelio, policial militar, convida seu amigo Alvo que é administrador de empresas a visitar um comércio onde há fortes suspeitas de vender produtos roubados. Lá chegando Nelio e Alvo solicitam a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para não prenderem o proprietário do estabelecimento em flagrante por crime de receptação. No que se refere à competência para processar Nelio e Alvo assinale a alternativa correta

- A) Nelio e Alvo serão processados pela Justiça Militar já que Alvo mesmo não sendo militar tinha pleno conhecimento da condição de Nelio.
- B) Nelio será processado pela Justiça Militar e Alvo pela Justiça Comum.
- C) Nelio e Alvo serão processados pela Justiça Comum.
- D) Alvo só seria processado pela Justiça Comum se desconhecesse a condição de policial do seu amigo Nelio.

Questão 58

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É possível que o réu apele contra sentença que o tenha absolvido, para modificar o enquadramento que justificou a apelação.
- B) A natureza jurídica dos recursos decorre da própria ordem constitucional e está intimamente ligada ao princípio do duplo grau de jurisdição.
- C) O efeito regressivo (ou iterativo) autoriza que o próprio órgão prolator da decisão reexamine a questão, modificando-a.
- D) O descumprimento de prazo para a apresentação das razões e das contrarrazões do recurso em sentido estrito impede seu conhecimento pela ocorrência da preclusão.

Direito Processual do Trabalho**Questão 59**

Joaquina ingressou com Reclamação trabalhista contra seu ex-empregador. A audiência inaugural foi marcada para o dia 18/03/2018, data em que Joaquina terá reunião na escola de seu filho. Preocupada com as consequências de sua ausência no ato processual, procura o seu escritório para orientação. Com base nos fatos narrados, quais as cominações legais no caso de ausência da Reclamante na audiência?

- A) Ocorrerá o arquivamento da reclamação trabalhista, e será condição para propositura de nova demanda o pagamento das custas processuais decorrentes do arquivamento, ainda que Joaquina seja beneficiária da justiça gratuita.
- B) A Reclamante será declarada revel e confessa de todos os fatos alegados na inicial.
- C) Ocorrerá o arquivamento da Reclamação Trabalhista, com posterior extinção da ação sem resolução de mérito, podendo Joaquina ingressar com nova ação a qualquer tempo, independente de qualquer outra condição.
- D) Não haverá nenhuma cominação legal, pois é dever dos pais acompanhar a vida escolar de seus filhos.

Questão 60

Em determinada Reclamação Trabalhista na qual Maria é patrona do Reclamante, foi publicada em 19/01/2018 – sexta feira, sentença desfavorável aos pedidos declinados na inicial. Maria, sabendo que o prazo de 8 (oito) dias para interposição de recurso ordinário se iniciou em 22/01/2018 (Segunda-feira), protocola em 31/01/2018 (Quarta-feira), no sistema PJE, seu recurso. Ocorre que o respeitável juízo “a quo” proferiu despacho indeferindo o prosseguimento do recurso, alegando sua intempestividade. Considerando os

fatos narrados e a forma de contagem dos prazos na Justiça do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- A) A decisão do Juízo "a quo" está correta, pois o prazo na Justiça do Trabalho deverá ser contado em dias corridos.
- B) Maria interpôs o recurso tempestivamente, já que o ultimo dia do prazo era 02/02/2018.
- C) A decisão do Juízo "a quo" está incorreta, pois o motivo do indeferimento do prosseguimento do recurso deveria ser a deserção.
- D) Maria interpôs o recurso tempestivamente, no ultimo dia do prazo, e os prazos na Justiça do Trabalho são contados em dias úteis.

Questão 61

Com relação ao pagamento dos honorários periciais no processo do Trabalho, assinale a afirmativa correta:

- A) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte Reclamante, exceto se essa for beneficiária da justiça gratuita.
- B) Quando verificar necessário, o juízo poderá exigir adiantamento de valores para realização de perícias.
- C) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais será sempre da empresa Reclamada.
- D) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

Questão 62

A empresa X S.A, em sentença proferida nos autos da Reclamação Trabalhista movida por sua ex-empregada Mila, foi condenada ao pagamento das verbas requeridas na inicial e honorários de sucumbência. Acerca do pagamento de honorários na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- A) Não é cabível o pagamento de honorários advocatícios no processo do trabalho, pois a contratação de advogado é faculdade das partes.
- B) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- C) Os honorários não são devidos nas ações contra a Fazenda Pública.
- D) Serão devidos honorários no processo do trabalho, exceto ao advogado que atue em causa própria.

Questão 63

Mario, anteriormente ao ingresso de Reclamação Trabalhista em face de seu ex-empregador, propõe a realização de acordo de forma extrajudicial, o que fazem e, sequencialmente, apresentam à Justiça do Trabalho. Acerca do procedimento para homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- A) O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, não sendo necessária a representação por advogado.
- B) Qualquer das partes pode, por si e mesmo sem anuência da outra, requerer a homologação do acordo extrajudicial.
- C) O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado, podendo o trabalhador ser assistido por advogado do sindicato de sua categoria.

D) Somente o empregador é competente para requerer a homologação de acordo extrajudicial.

Direito Tributário**Questão 64**

A União instituiu empréstimo compulsório por meio de lei ordinária com o objetivo de arrecadar receitas para a realização de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Sobre a hipótese, pode-se afirmar que a União:

- A) Acertou, pois a Constituição Federal permite à União instituir empréstimo compulsório na forma descrita.
- B) Errou, pois o empréstimo compulsório não pode ser instituído por meio de lei ordinária.
- C) Acertou, pois a lei ordinária é o veículo normativo constitucionalmente previsto à instituição do empréstimo compulsório.
- D) Errou, pois o empréstimo compulsório não é um tributo de competência privativa da União.

Questão 65

O inciso III do art. 156 da CF/88 prescreve que compete aos Municípios instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza, desde que não compreendidos na competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, definidos em lei complementar. Cumprindo o mandamento constitucional a Lei Complementar nº 116/2003 descreveu, em sua lista anexa, todos os serviços tributáveis pelo ISSQN. É correto afirmar que a Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003:

- A) É taxativa, não comportando interpretação extensiva de seus itens.
- B) É exemplificativa, já que lei infraconstitucional não pode descrever quais são os serviços tributáveis.
- C) É taxativa, admitindo interpretação extensiva de seus itens.
- D) É exemplificativa, já que a definição final acerca de quais serviços são tributáveis é dos Municípios.

Questão 66

O Estado X ajuizou execução fiscal em face da pessoa jurídica Alfa Ltda., objetivando a cobrança do ICMS por ela declarado e não pago. No curso do processo ficou comprovado que a executada encerrou suas atividades e que não comunicou tal fato aos órgãos competentes. Ao analisar pedido formulado pelo Estado, o juiz deferiu a inclusão de João, sócio-administrador da pessoa jurídica, no polo passivo da execução fiscal. Sobre a hipótese, é correto afirmar, segundo a jurisprudência do STJ, que:

- A) O encerramento das atividades da pessoa jurídica sem a comunicação aos órgãos competentes autoriza a inclusão de João no polo passivo da execução fiscal, pois tal fato é considerado infração à lei.
- B) João não poderia ser incluído no polo passivo da execução fiscal, pois o encerramento da pessoa jurídica sem comunicação aos órgãos competentes não é justa causa para o redirecionamento da cobrança.
- C) O simples inadimplemento por parte da pessoa jurídica já seria juridicamente suficiente à inclusão de João no passivo da execução fiscal.
- D) O fato de João ser sócio da pessoa jurídica Alfa Ltda. já é causa suficiente e bastante para a sua inclusão no polo passivo da execução fiscal.

Questão 67

Com o objetivo de intervir no mercado econômico, o Presidente da República aumentou a alíquota do imposto de importação mediante Decreto, obedecido o limite legal. A alíquota majorada passou a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir da publicação do Decreto, data em que entrou em vigor. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- A) A alíquota do imposto de importação não pode ser majorada por Decreto, sob pena de afronta ao Princípio da Legalidade.
- B) A alíquota do imposto de importação pode ser majorada por Decreto, tendo em vista que esse imposto tem função predominantemente fiscal.
- C) A alíquota majorada só poderia entrar em vigor noventa dias após o início da vigência do Decreto, em cumprimento ao Princípio da Noventena ou Anterioridade Nonagesimal.
- D) A alíquota do imposto de importação pode ser majorada por Decreto, desde que obedecido o limite legal.

Questão 68

De acordo com o disposto no *caput* do art. 38 da Lei Federal nº 6.830/80 – Lei de Execução Fiscal, a discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma da lei em questão, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos. O STF entende que a exigência desse depósito:

- A) É constitucional.
- B) É ilegal.
- C) É inconstitucional.
- D) É uma faculdade conferida à Fazenda Pública.

Direitos Humanos**Questão 69**

“O Brasil ratificou, em 2015, o chamado Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas [1], que veio à luz para possibilitar às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades de leitura o acesso ao conteúdo de livros originalmente impressos. No plano internacional, o texto foi aprovado em junho de 2013, no âmbito da conferência diplomática da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) realizada na cidade marroquina que lhe dá o nome” (Valério de Oliveira Mazuolli).

Internamente:

- a) Foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico, com aprovação, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, razão pela qual são equivalentes às emendas constitucionais.
- b) Foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico, com aprovação, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, razão pela qual possuem estatuto de norma supralegal.
- c) Foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico, com aprovação, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, razão pela qual são equivalentes às emendas constitucionais.
- d) Foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico, com aprovação, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, razão pela qual possuem estatuto de normas supraconstitucionais.

Questão 70

Por meio de súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal aplicou ao direito brasileiro as disposições da Convenção Americana de Direitos Humanos (denominado Pacto de San José da Costa Rica), entendendo que essa Convenção considera ilícito.

- a) a prisão de depositário infiel.
- b) o nepotismo.
- c) alguém culpado antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória
- d) toda e qualquer prisão civil por dívida.

Direito Ambiental

Questão 71

Floresvaldo procurou o órgão ambiental competente com o objetivo de instituir uma Unidade de Conservação em sua propriedade com o objetivo de conservar a biodiversidade. Conforme orientação do Analista Ambiental que o atendeu, a unidade indicada seria uma RPPN. De acordo com as disposições da Lei do SNUC, marque a opção correta.

- A – A unidade de conservação a ser instituída na propriedade de Floresvaldo pertence ao grupo de Proteção Integral.
- B – Floresvaldo será obrigado a instituir zona de amortecimento no entorno desta unidade, com o objetivo de minimizar os impactos negativos.
- C – Não será permitida a visitação na área, por expressa proibição da Lei 9.985/00.
- D – A unidade a ser criada depende da existência de interesse público.

Questão 72

Paulo Machado possui uma pequena propriedade na área urbana de Viçosa, em Minas Gerais. No quintal da propriedade, Machado cria galinhas para vender na feira que ocorre todos os sábados no centro da cidade. Na situação em tela, considerando as disposições do Código Florestal, julgue as alternativas abaixo e marque a correta:

- A – Paulo Machado deve manter 35% da área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, de acordo com o Novo Código Florestal.
- B – Paulo Machado deverá registrar reserva legal da sua propriedade em cartório.
- C – Por ser uma pequena propriedade, o processo de demarcação da reserva legal da sua propriedade será simplificado.
- D – Com base nas informações apresentadas e, de acordo com as disposições do Novo Código Florestal, Paulo Machado não tem obrigação de instituir área de Reserva Legal.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 73

De acordo com a Convenção sobre o Direito das Crianças, aprovado na ONU, adotada em 1989, “considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), por sua vez, em seu artigo 2º, para efeitos da Lei, considera as idades de criança e adolescente, respectivamente:

- a) até doze anos incompletos e entre doze e dezoito anos, podendo estender até 21 anos, excepcionalmente.
- b) de zero a doze anos completos e de treze a dezesseis anos, podendo estender até 24 anos, excepcionalmente.

- c) até treze anos incompletos e entre quatorze e dezoito anos, podendo estender até 21 anos, excepcionalmente.
- d) de um a onze anos completos e entre doze e dezesseis anos, podendo estender até 23 anos, excepcionalmente.
- e) de três a doze anos incompletos e entre doze e dezoito anos, podendo estender até 22 anos, excepcionalmente.

Questão 74

Sobre o direito à convivência familiar e comunitária expressamente garantido e promovido no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

- a) A família natural compreende aquela formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculo de afinidade e afetividade.
- b) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela e curatela, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- c) O tutor testamentário somente será admitido se comprovado que a medida é vantajosa à família, e que não existe outra pessoa em melhores condições para assumi-lo.
- d) O estágio de convivência para a adoção poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a guarda legal do adotante durante tempo suficiente para análise da conveniência do vínculo.
- e) A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer antes da propositura do procedimento judicial.

Direito do Consumidor**Questão 75**

Marinilda, sempre antenada com as promoções de roupas nos sites das lojas, resolveu realizar a compra de uma camiseta recém lançada que ainda não havia nas lojas físicas de sua cidade. No momento da compra, percebeu que o site apenas trazia 03 (três) opções de tamanho (P, M e G), sem informar exatamente as medidas. Baseada nas medidas de outras marcas que costuma comprar, Marinilda resolveu comprar o tamanho M.

Passados 10 (dez) dias, a peça de roupa chega em sua casa e Marinilda é surpreendida com uma infelicidade: a peça de roupa ficou muito apertada em seu corpo, aparentando que as medidas da loja online são por demais reduzidas.

Diante de tal problema, sem saber o que fazer, Marinilda busca atendimento no PROCON-MA para buscar esclarecimentos sobre seus direitos.

Assinale a alternativa que possui o correto posicionamento sobre o caso.

- a) Marinilda não tem direito à troca da camiseta por um tamanho que sirva nela;
- b) Ainda que a camiseta vestisse bem em Marinilda, ela teria direito a se arrepender da compra no prazo de 7 dias a contar do recebimento do produto;
- c) No caso de Marinilda desistir do contrato de compra, ela não terá direito ao ressarcimento do frete pago;
- d) Se Marinilda houvesse comprado a mesma camiseta em uma loja física de sua cidade, teria direito à troca.

Questão 76

Adroaldo recebeu uma revista do Supermercado "X" com a exposição de vários produtos e seus respectivos preços, contendo esta um aviso grande em sua capa: "COBRIMOS QUALQUER PREÇO". Animado com a possibilidade de comprar um computador por um preço

mais razoável, o rapaz dirigiu-se até o Supermercado "X", colocou o notebook que queria no carrinho e seguiu para o caixa.

No momento de pagar, contestou o preço do Supermercado "X", mostrando o valor de uma loja de informática, que era menor, e requereu a diminuição do preço. Porém, a caixa, orientada pelo gerente do Supermercado, não procedeu à redução do preço mesmo com o requerimento de Adroaldo sobre a publicidade da revista, justificando que só poderiam ser aceitos preços de concorrentes do ramo de supermercados.

Inconformado com a situação, mas querendo comprar prontamente o notebook, Adroaldo decide pagar o valor exposto no Supermercado "X" e reivindicar seus direitos posteriormente.

Com base no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) Adroaldo tem direito a receber o valor pago no notebook em dobro;
- b) Houve publicidade abusiva por parte do Supermercado "X", visto que o consumidor foi surpreendido no momento do pagamento;
- c) Houve publicidade enganosa por parte do Supermercado "X", visto que a informação publicitária era parcialmente falsa e capaz de levar o consumidor a erro;
- d) Houve publicidade enganosa por parte do Supermercado "X", visto que esta fora capaz de causar danos à saúde do consumidor.

Direito Internacional

Questão 77

Sobre as condições do asilado previstos na Lei 13.445/17, marque alternativa correta:

- a) *O asilo político não constitui ato discricionário do Estado.*
- b) *A saída do asilado do País sem prévia comunicação não implica renúncia ao asilo.*
- c) *Não se concederá asilo a quem tenha cometido crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.*
- d) *O asilo político é obrigatório.*

Questão 78

Sobre as regras de impedimento de ingresso, na Lei 13.445/17, marque alternativa correta:

- a) Poderá ser impedida de ingressar no País, após entrevista individual e mediante ato fundamentado, a pessoa anteriormente expulsa do País, enquanto os efeitos da expulsão vigorarem;
- b) *Não poderá ser impedido o ingresso de pessoa condenada ou que responda a processo em outro país por crime doloso passível de extradição segundo a lei brasileira.*
- c) Não poderá ser impedido o ingresso de pessoa que apresente documento de viagem que não seja válido para o Brasil.
- d) Não poderá ser impedido o ingresso de pessoa que apresente documento de viagem que esteja com o prazo de validade vencido ou que esteja com rasura ou indício de falsificação.

Filosofia do Direito

Questão 79

"As diferentes ciências, destinadas à pesquisa do direito, não se distinguem uma das outras por se distribuírem entre si fato, valor e norma, como se fossem fatias de algo divisível, mas sim pelo sentido dialético das respectivas investigações pois ora pode ter em vista

prevalecentemente o momento normativo, ora o momento fático, ora o axiológico, mas sempre em função dos outros dois (...)." Miguel Reale

Miguel Reale ao desenvolver a teoria tridimensional do direito considera que a experiência jurídica e o Direito devem ser compreendidos a partir da relação entre fato, valor e norma. Acerca de seu pensamento assinale o item correto:

- a) Fato, valor e norma se relacionam como polos contrários seguindo a dialética de oposição adotada por Hegel.
- b) Fato, valor e norma apesar de serem opostos possuem correlação dinâmica e se estruturam em um processo dialético de complementariedade.
- c) O estudo da norma jurídica passa pela separação das normas a interferência dos valores e dos fatos, de modo a compreender o direito em uma perspectiva científica.
- d) Os fatos e os valores são essenciais para a construção de uma norma jurídica, no entanto após sua edição deixam de influenciar a interpretação jurídica.

Questão 80

De acordo com o pensamento de Jeremy Bentham na obra Introdução ao princípio da moral e da legislação o ser humano é conduzido por dois senhores soberanos: o prazer e a dor, de tal modo que as ações serem tomadas de acordo com o princípio da utilidade, cujo conteúdo serviria de fundamento para a moral e para o Direito.

De acordo com o autor o princípio da utilidade:

- a) compreende que a ação individual deve ser realizada de modo a resultar maior felicidade pessoal em detrimento à coletiva.
- b) importa em agir de tal modo que a ação individual possa ser elevada à categoria de lei universal.
- c) concebe que o direito natural possui caráter superior ao direito positivo, por revelar maior utilidade para regular a convivência humana.
- d) aprova ou desaprova ações a partir da tendência que possuem em aumentar ou diminuir a felicidade do maior número de pessoas envolvidas.